

**NOVAS E TRADICIONAIS FORMAS DE EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO
BRASIL: A ATUAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NO
NEOLIBERALISMO¹**

**FORMAS NUEVAS Y TRADICIONALES DE EMPRENDIMIENTO EM EDUCACIÓN EN
BRASIL: EL DESEMPEÑO DE LA CONFEDERACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIA EM
EL NEOLIBERALISMO**

**NEWS AND TRADITIONAL WAYS OF ENTREPRENEURSHIP IN EDUCATION IN
BRAZIL: THE PERFORMANCE OF THE NATIONAL CONFEDERATION OF
INDUSTRY IN NEOLIBERALISM**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43772>

Livia Mourinho de Mello²

Resumo: As alterações no bloco histórico neoliberal trouxeram implicações para as formas de dominação burguesa no Brasil, particularmente para a educação, a partir dos anos de 1970. A partir do aporte teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético, de Karl Marx e Friedrich Engels, assim como as formulações teóricas de Antonio Gramsci, o presente artigo visa apresentar a análise acerca dos novos mecanismos de empresariamento da educação assimilados pela Confederação Nacional da Indústria e utilizados durante a construção das recentes políticas públicas que constituem o Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: Empresariamento da Educação; Confederação Nacional da Indústria; Aparelho Privado de Hegemonia; Dominação de classe; Novo Ensino Médio.

Resumen: Los cambios en el bloque histórico neoliberal trajeron implicaciones para las formas de dominación burguesa en Brasil, particularmente para la educación, a partir de la década de 1970. Desde el soporte teórico y metodológico del materialismo histórico y dialéctico, por Karl Marx y Friedrich Engels, así como por el Formulaciónes teóricas de Antonio Gramsci, este artículo tiene como objetivo presentar el análisis sobre los nuevos mecanismos de emprendimiento de la educación asimilados por la Confederación Nacional de la Industria y utilizados durante la construcción de las recientes políticas públicas que constituyen el Nueva Escuela Secundaria.

Palabras clave: Emprendimiento de la educación; Confederación Nacional de Industria; Aparato privado de hegemonía; Dominación de clase; Nueva Escuela Secundaria.

Abstract: The changes in the neoliberal historical block brought implications for the forms of bourgeois domination in Brazil, particularly for education, from the 1970s onwards. From the theoretical and methodological support of historical and dialectical materialism, by Karl Marx and Friedrich Engels, as well like the theoretical formulations of Antonio Gramsci, this article aims to present the analysis about the new mechanisms of entrepreneurship of education assimilated by the National Confederation of Industry and used during the construction of the recent public policies that constitute the New High School.

Keywords: The Education Entrepreneurship; National Confederation of Industry; Private apparatus of hegemony; Class domination; New High School.

Introdução

O tema proposto pelo presente dossiê, qual seja, o empresariamento da educação, vem nas últimas décadas se apresentando como um fundamental campo de pesquisa para aqueles e aquelas que buscam desvelar as expressões da luta de classes e os mecanismos de disputa pela direção da formação humana no contexto do capitalismo contemporâneo. Em sua fase neoliberal, o atual modo de produção e reprodução da vida vem avançando e aprofundando sobre setores até então resistentes, como a saúde e a educação, seu aspecto mais bárbaro: a capacidade de transformar toda e qualquer materialidade objetiva e subjetiva em mercadoria. Essa expansão tem apresentado como um de seus elementos fundamentais a habilidade de seus agentes de conceber e formular novas e sofisticadas formas de privatizar o público e publicizar o privado, sempre com vista ao atendimento dos interesses privados das classes e frações da classe dominante. Dentre estes agentes, destaca-se, no caso brasileiro, a atuação de empresariamento por parte da fração industrial, tanto no que diz respeito aos seus interesses econômicos quanto educacionais.

Tendo ao longo da história participado de forma orgânica do cenário político nacional, com o intento de adequar a economia aos seus interesses de desenvolvimento, a burguesia industrial sempre buscou, em cada momento histórico, consenso em torno de projetos societários capazes de garantir seus interesses privados. Atribuindo à educação o valor de fator econômico, ao encontro do que advoga a Teoria do Capital Humano, conforme veremos com mais detalhes adiante, a educação sempre foi apontada por esta fração como setor estratégico chave tendo em vista, de acordo com os mesmos, a intenção de formação profissional de trabalhadores e trabalhadoras para a indústria.

Compreender os mecanismos que viabilizaram essa fração disputar e, por muitas vezes, conquistar a hegemonia de seus interesses no cenário nacional passa pelo entendimento das suas estratégias de organização e atuação nas esferas do Estado Integral, seja nas instâncias da sociedade civil ou na sociedade política, na acepção de Estado desenvolvida por Antônio Gramsci. De acordo com esta definição, o Estado Integral é constituído por duas esferas dialéticas, sociedade civil e política, separadas apenas como método de exposição em sua análise, mas que na realidade concreta funcionam de forma indissociáveis. De acordo com o autor:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2006, v.2, p. 20-21)

No âmbito da sociedade civil, esta atuação de classe vem se dando através do que Gramsci denominou como aparelhos privados de hegemonia (APHs), que são organismo de adoção voluntária onde, através de mecanismos de dominação e convencimento, são formuladas, moldadas e irradiadas para o conjunto social as vontades coletivas de determinados grupos, classes ou frações de classe³. Assim, operando através de relações com outras frações da classe dominante, sejam de oposição ou aliança, disputam o consenso ativo das classes trabalhadoras e estabelecem vínculos entre seus intelectuais singulares e coletivos

com as instâncias do aparelho estatal. Nesse lastro, assume papel fundamental um organismo corporativo, fundado em 1938, enquanto um dos mais antigos e importante aparelho privado de hegemonia desse setor, a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A reestruturação produtiva iniciada pós crise do capital, na década de 1970, inaugurou um novo bloco histórico, de caráter neoliberal, e produziu alterações tanto na estrutura econômica quanto na superestrutura do sistema. No caso brasileiro, uma das alterações superestruturais mais evidentes consistiu na reestruturação das formas de dominação burguesa, conformando o que Flávio Casimiro (2016) vem denominando de um novo *modus operandi* da nova burguesia brasileira. Nesse contexto, ainda que atuante desde antes dessa nova conformação, a CNI não passou ileso pelo processo de reestruturação tendo, então, que “atualizar” seus mecanismos de ação e dominação de classe.

O presente trabalho, portanto, consiste na apresentação de alguns dos resultados da nossa pesquisa dissertativa, que teve como um de seus objetivos o estudo dos interesse político-pedagógico dos industriais organizados na Confederação Nacional da Indústria nas políticas públicas de educação básica no Brasil, no novo bloco histórico neoliberal. Aqui, intencionando explicitar a capacidade desta entidade em manter-se hegemônica ao longo de quase um século e sua capacidade de intervenção nas políticas públicas educacionais, trataremos de apresentar, especificamente, o que identificamos na pesquisa como um processo de assimilação da CNI – assimilação dialética, ora passiva, ora ativa – aos que entendemos como novos mecanismos de empresariamento da educação nos tempos atuais, que provocou e vem provocando impactos tanto na forma quanto no conteúdo de suas operações.

Para tanto, dividimos nosso artigo em três partes, além da conclusão. A primeira seção tem como tema a análise da conjuntura histórica na qual assenta nosso objeto e emergem os elementos históricos e sociais que explicam as transformações nos mecanismos de dominação de classe em tempos neoliberais; posteriormente, faremos uma breve apresentação histórica da Confederação Nacional da Indústria para que possamos compreender quais e como as alterações evidenciadas na primeira seção impactaram e alteraram esse APH nos últimos trinta anos, além de apresentaremos alguns elementos que dizem respeito ao conteúdo político e pedagógico do projeto educacional da entidade para a formação da classe trabalhadora brasileira que justifica tais ações de empresariamento; por fim, na terceira seção apresentaremos alguns dos novos mecanismos assimilados pela Confederação e que foram utilizados no processo do recente empresariamento das políticas públicas educacionais de nível médio, o Novo Ensino Médio.

Novas e tradicionais formas de empresariamento no bloco histórico neoliberal

O berço no qual emerge a atual fase neoliberal é a crise capitalista que teve início na década de 1970 e desencadeou uma série de alterações no sociometabolismo do sistema do capital. Conforme observa Harvey (1992), na busca pela superação dos efeitos desta e a retomada dos níveis de acumulação, a resposta da classe capitalista a tal crise foi uma profunda reestruturação produtiva, levando ao surgimento do que o

autor denominou de regime de acumulação flexível, que se hegemonizou num padrão apoiado na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo.

Ainda que protagonizado já nos anos de 1970 por países como Chile, Argentina e Uruguai, assim como nos governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA, é a partir do Consenso de Whashington, ocorrido em 1989, que o mundo capitalista e, principalmente, o cenário latino-americano mergulham definitivamente no ideário neoliberal. No caso brasileiro, tal processo coincidiu com a reabertura democrática, pós ditadura empresarial-militar (1964-1985), tendo como marco a aprovação, em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), do primeiro Programa de Nacional de Desestatização (PND). Entretanto, embora a chegada do bloco de poder alinhado as políticas neoliberais tenham se dado nos governos anteriores, é nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999/1999-2002) que esse processo se acelera e é aprovado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, aperando uma profunda reforma do aparelho estatal.

Assim, os mecanismos de reestruturação não se deram apenas na estrutura, no campo econômico, e impactaram também a superestrutura do sistema, condicionando mudanças de ordem política, social, cultural e ideológica. A adoção de um projeto neoliberal, enquanto resposta dos agentes do capital a sua própria crise, passou – e passa -, portanto, pela reorganização de todo sistema político e ideológico de dominação. Nesse rastro, o novo bloco histórico trouxe significativas alterações para o funcionamento e papel de uma instância que nos é cara aos objetivos desde trabalho: o próprio Estado. Acerca desde processo, novamente Harvey (2005), mas agora em outra obra, contribui com a seguinte síntese:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. *O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para essas práticas [...]* (HARVEY, 2005, p. 12, grifo nosso.)

Portanto, sob a lógica mercantilizadora, além das políticas de desregulamentação e desnacionalização da economia, o receituário consistiu em alterações na função do Estado Integral a partir da ressignificação da ação deste nas políticas de proteção social (trabalhistas, previdenciárias, meio ambiente, educacionais e de saúde), transferindo para a esfera privada – seja para sujeitos singulares ou entidades coletivas – responsabilidades públicas. Tal transferência, teve como uma fundamental estratégia inicial a política de privatizações, nos anos de 1990, que consistiu na venda e concessão de empresas e serviços públicos estatais para a iniciativa privada. Contudo, desestatizar determinados direitos sociais como a saúde e a educação públicas através de leilões se apresentou como um projeto não tão simples de ser concretizado, uma vez que, dentre outros fatores, há uma ideia ainda forte no imaginário coletivo de que é inegociável a garantia de tais direitos pelo Estado, o que facilitou mobilizações e resistências a esse processo. Era necessário, portanto, articular formas menos evidentes de desregulamentação que passou pela construção e disputas de convencimento ideológico, mas também pela conformação de novas formas de privatização como as parcerias público-privadas.

De acordo com Fontes (2010, 2020), assim como Casimiro (2016, 2018), este processo que por ora se complexifica, tem suas primeiras expressões na década de 1980 com a criação de entidades empresariais sem fins lucrativos⁴ - aparelhos privados de hegemonia (APH) – que ao longo das décadas têm sido denominado por uma diversidade de termos como, por exemplo, organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil (OSCs), fundações, associações, institutos, Terceiro Setor e/ou fundações e associações sem fins lucrativos (FASFIL); ora de forma crítica, ora acrítica e sem muito refinamento, sem considerar suas vinculações de classe ou com o Estado.

A partir de então, diferindo das privatizações clássicas, tais entidades⁵ escamoteiam seu caráter privado e encontram mais facilidade em estabelecer parcerias público-privada pois, ao utilizarem a identidade de *público não estatal*, ou seja, entidades que oferecem serviços de interesse público e, portanto, se apresentam como de interesse coletivo, mesmo não pertencendo a esfera pública-estatal:

[...] ao mesmo tempo em que garantem a natureza pública dos serviços sociais, viabilizam a política própria do modelo neoliberal de organização social. A parceria entre Estado e sociedade, no campo social, é a expressão mais clara da especificidade da privatização das políticas sociais nos tempos neoliberais. A privatizações em curso, longe de constituir uma retirada do Estado no campo social, evidencia a sua presença refuncionalizada. (NEVES, 2002, p. 112)

Em suma, por essa via ocorreu o crescimento do ativismo empresarial brasileiro, já que, fazendo uso de sua posição de poder privilegiada, uma grande diversidade de aparelhos privados de hegemonia representantes das frações da classe dominante ganharam cada vez mais campo de atuação no espaço público. Valendo-se da reconfiguração da relação cada vez mais permissiva entre a sociedade civil e as instâncias do aparelho estatal, apresentam estratégias de ação cada vez melhor articuladas no interior de suas entidades e influenciam projetos, discussões e a implementação de decisões e políticas junto aos governos, incluindo as políticas educacionais.

No contexto dessa virada na reconfiguração e reorganização das estratégias de dominação burguesa, um conjunto específico de organizações empresariais, que aqui denominaremos de *novo tipo*, tem se difundido, diferindo-se dos tipos *tradicionais* - como a CNI - por não apresentar um vínculo corporativo e de classe ou fração de classe explícito, mobilizando em um mesmo organismo diferentes frações do capital – seja industrial, agrária, de serviços ou financeira -, segmentos sociais e representantes da esfera pública em luta por um interesse em comum.

De acordo com a importante pesquisa realizada por Flávio Casimiro (2016, 2018) e apresentada em sua tese de doutoramento, esses organismos da nova direita no Brasil tem como alguns de seus principais representantes o Instituto Liberal/IL, fundado em 1983; o Instituto de Estudos Empresariais/IEE (1984); o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas/GIFE (1995); o Movimento Brasil Competitivo (2000); o Instituto Milenium/ImiL (2006); o Instituto Von Mises Brasil/IMB (2010); o Estudantes pela Liberdade/EPL (2012), entre outros. Para o pesquisador, a importância de compreender os objetivos e formas de atuação destes organismos passa pelo entendimento necessário de que a unidade entre estes é estratégica, não apagando tensões e conflitos intra burgueses. De acordo com o contexto histórico, pode variar de uma atuação mais ampliada, em determinada área, como saúde, educação, ambiente, cultura, ou

em políticas mais específicas e conjunturais, sendo a unidade viabilizado pela necessidade de assegurar o essencial que garanta seus interesses econômicos de classe. Seja através da filantropia; atuação cultural nos setores populares; convencimento universitário, sindical e popular; formação de quadros políticos e políticas públicas; oferecimento de serviços; entre outros (FONTES, 2020) o norte comum não se altera: a acumulação de capital e ampliação das taxas de lucro.

No que diz respeito a atuação destes aparelhos de novo tipo na educação, MELLO (2020) sintetiza:

Uma vez que esses organismos atuam como coalizões, congregando diferentes frações da classe dominante, além de setores e representantes do Estado, no caso específico da educação pública, suas propostas correspondem aos consensos dessa classe para a formação da classe trabalhadora, articulando as diretrizes internacionais e a agenda do capital para a educação, nos países de capitalismo dependente, aos ajustes da burguesia brasileira, assumindo assim, ares de subordinação, mas com coloração local. Dentre as principais entidades de caráter nacional destacamos o movimento Todos pela Educação/TPE (2006) e o Movimento pela Base Nacional Comum (2013). (MELLO, 2020, p. 30-31)

Enquanto principal coalizão empresarial atuando no campo educacional que, já em sua fundação, entre financiadores e parcerias de caráter político congregava intelectuais individuais e coletivos, privados e públicos, como Grupo Gerdau, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Instituto Ayrton Senna, Banco Santander Banespa, Fundação Roberto Marinho, Movimento pela Base Nacional Comum, Conselho Nacional de Educação (CNE), Ministério da Educação (MEC), GIFE, Unesco, Unicef, Consed e Undime, entre outros; o Todos pela Educação vem se tornando um importante objeto de análise para as pesquisas interessadas nesse tema. Na esteira do que apontamos como características destes novos APHs, ao analisar os sentidos da fundação deste organismo, Evangelista e Leher (2012) evidenciam que

[...] corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinente, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção de “classe” na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a *socialização* de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos. (p. 07. Grifo dos autores).

Contudo, o processo acima descrito apresenta apenas uma nova forma de atuação da burguesia no empresariamento da sociedade civil e do Estado, que teve início nos anos de 1980 e ocorreu no bojo da implementação da fase neoliberal do modo de produção capitalista e a redemocratização no Brasil, conforme vimos. Mas isso não significa que os mecanismos de empresariamento da educação pública tenham começado nesse período ou que os organismos fundados anteriormente, assim como as estratégias tradicionais utilizadas por estes, tenham apenas desaparecido. Assim, ainda que componham APHs de novo tipo, unificando esforços para a conquista de interesses comuns, as frações da classe dominante, seja ela industrial, agrária, de serviços ou financeira, não prescindem de organismos particulares, sejam institutos, associações, confederações ou fundações, com os quais organizam seus interesses específicos. Dentre estes, estão os que classificamos como *tradicionais*, ou seja, aqueles que são anteriores a esse processo pós anos 1980 e possuem vinculação corporativa clara e explícita, como a CNI.

O que evidenciamos em nossa pesquisa dissertativa é que a Confederação Nacional da Indústria vem passando, nessa conjuntura recente, por transformações na sua forma de atuação. Afim de manter sua capacidade de disputa hegemônica e garantir seus interesses corporativos frente aos demais aparelhos de hegemonia dos diversos setores econômicos, ou até dos próprios industriais como algumas federações estaduais da indústria, a CNI vem assimilando características e estratégias dos novos organismos, no que diz respeito às políticas públicas educacionais, tendo em vista a necessidade de continuar formando trabalhadores(as) subjetiva e objetivamente para atender suas demandas por força de trabalho industrial. É a apresentação da análise desse processo que se debruçam as próximas seções.

A Confederação Nacional da Indústria e as adaptações dos mecanismos de empresariamento no novo bloco histórico neoliberal

Transmutar a forma e o conteúdo de sua atuação nas esferas do Estado Integral para conquistar a hegemonia de seus interesses de classe não é um processo novo para a Confederação Nacional da Indústria. Fundada em 1938, quando é posto em execução o projeto de uma nação urbano-industrial, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), esse aparelho privado de hegemonia, quase centenário, precisou adequar sua atuação às demandas de cada momento histórico. Em sentido gramsciano (2017), manter-se hegemônico não significa uma simplória dominação de uma classe ou fração de classe sobre as demais; manter-se hegemônico significa a capacidade de conquistar e manter a direção política e do conjunto da vida social em um determinado bloco histórico, tornando coletivos interesses privados. Para tal, cumpre papel central os aparelhos privados de hegemonia, que formam a sociedade civil e dão organicidade aos interesses particulares. Nessa esteira, compreende-se que a sociedade civil é uma das mais importantes arenas da luta de classes no modo de produção capitalista e os aparelhos privados de hegemonia, os instrumentos deste constante processo.

A Confederação conquistou, ao longo de sua história, o papel de principal organismo representativo desta fração da classe dominante, uma vez que, “não se constitui em um partido parlamentar, ou num partido de massas, mas sim, num Estado-Maior intelectual da burguesia, capaz de aglutinar em torno de si os germes de vontade coletiva dos industriais, a qual pretendem tornar universal” (RODRIGUES, 1998, p. 42). Ou seja, isso não significa que a Confederação seja o único, mas sim um dos maiores e mais importantes aparelhos de articulação e disputa de hegemonia dos industriais brasileiros seja na esfera da sociedade civil, ou nos espaços do Estado *stricto sensu*.

Em diversos momentos da história brasileira, esta fração da burguesia buscou fundar uma entidade que fosse capaz de aglutinar, representar e hegemonizar seus interesses, entre as quais podemos destacar a criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), em 1820, ainda no século XIX; assim como o Centro Industrial Brasileiro (CIB), em 1904, que posteriormente foi transformado em Confederação Industrial do Brasil (também CIB), em 1933. Porém, apesar dessas iniciativas serem importantes para registrar a lucidez precoce desse setor para com a necessidade de unidade, a intenção de

fundar uma organização de articulação nacional apenas se concretizou com a fundação da CNI, em fins da década de 1930.

A superação de uma economia primário exportadora e a concretização do projeto urbano-industrial no país foi um processo que ultrapassou questões econômicas, demandando uma completa transmutação social que, partindo das transformações de caráter produtivo, ensejavam alterações na superestrutura, ou seja, em todo bloco histórico. Desde então, esta entidade se complexificou passando a atuar não apenas na defesa de seus interesses econômicos, mas também em áreas como lazer e cultura, saúde e educação.

Vista pelos industriais como um fator estratégico para o desenvolvimento econômico, a educação, para estes, pode ser lida a partir da Teoria do Capital Humano que foi sistematizada, entre outros autores, por Theodore Schultz, nos anos de 1950, e pode ser entendida como uma teoria que explica a relação entre capital, trabalho e educação no modo de produção capitalista. Gaudêncio Frigotto (2010), em *A produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame da relação entre educação e estrutura econômico-capitalista*, produziu uma fundamental pesquisa sobre o tema e, em nosso auxílio, emprestamos de sua obra a seguinte síntese acerca do papel da educação para essa teoria:

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. De acordo com a especificidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda. (FRIGOTTO, 2010, p. 51)

Assim, a educação é vista, nessa lógica, como o principal meio gerador de capital humano e a formação humana é vista a partir de duas dimensões: macro e microeconômica. No plano micro, o investimento ou não em educação e qualificação explicaria as desigualdades sociais através das diferenças de produtividade e renda entre os indivíduos e no plano macro, o investimento de uma nação em educação seria um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento e superação de atrasos econômicos. Traduzindo essa lógica geral para o pensamento industrial brasileiro, estes defendem, ao longo de toda a sua história, que a educação precisa ser estritamente pensada para o atendimento dos setores econômicos e, portanto, buscaram sempre adequar a formação da mão de obra às suas demandas e necessidades produtivas a cada tempo histórico.

De acordo com Rodrigues (1998), essa adaptação do projeto educativo aos interesses produtivos não se limitou, inclusive, à formação técnico-profissional alcançando os terrenos dos valores éticos-morais, da saúde e do lazer, conformando uma disputa de consenso em toda a superestrutura. É o que o pesquisador chama de *télos*, ou seja, uma imagem construída pelo discurso hegemônico com o objetivo de ser perseguido pelo conjunto social, sendo conduzido pela própria classe que a elaborou e sendo “fundamentalmente uma construção de caráter econômico que forma o núcleo de um padrão de sociedade a ser alcançado” (RODRIGUES, 1998, p. 131). Nesse sentido, o autor identificou três momentos de *metamorfose teleológica* na

história da Confederação Nacional da Indústria: o *télos* da nação industrializada, o *télos* do país desenvolvido e o *télos* da economia competitivista⁶.

A gênese desse processo coincide com os primeiros tempos da entidade que poucos anos após sua fundação, já na década de 1940, iniciou a construção do que o autor denomina de *triade pedagógica* da CNI. Composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 1942; pelo Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946 e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em 1969; a construção desse mega-aparelho evidencia a preocupação da entidade com o controle da (con)formação técnico-profissional, objetiva e subjetiva, da força de trabalho industrial desde seus primeiros tempos. Esse é o marco inicial da fase que Rodrigues define como o primeiro *télos*, o da nação industrializada, que tem início nos anos de 1930 e percorre até a década de 1960, correspondendo a um chamado da entidade aos demais setores econômicos, ao Estado e os próprios trabalhadores ao projeto industrialista, mas sob os seus moldes mercadológicos.

Passando pela primeira metamorfose, o segundo projeto societário correspondeu, basicamente, ao período ditatorial empresarial-militar, tendo início nos anos de 1960 e perdurando até os anos de 1980. Nesse período, a CNI, através dos discursos de seu presidente à época, Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, apresentava o diagnóstico de que o projeto urbano-industrial estava concretizado, sendo assim superado o *télos* industrialista, mas que isso não havia levado o país ao status de país desenvolvido e também não havia levado à superação dos problemas sociais. Desse modo, indicavam a necessidade de se pensar novos mecanismos e estratégias – econômicas, estruturais e educacionais - para sanar esses déficits, dando início a um projeto societário de país desenvolvido.

A terceira e última transição – que aqui mais nos interessa - se deu, não à toa, a partir da década de 1980, justamente no contexto que analisamos na primeira seção deste artigo, de implementação da fase neoliberal do capitalismo e a reestruturação produtiva de caráter flexível; reabertura política e transição democrática e de reorganização dos mecanismos de dominação burguesa no Brasil, tendo como um dos desdobramentos mais evidentes a ampliação da sociedade civil e a adoção de uma relação cada vez mais complacente do Estado com ações de empresariamento da classe dominante em diversas áreas. Nessa mesma época, tem início um processo de modernização e maior organicidade da estrutura da entidade, através da consolidação e complexificação de uma infraestrutura técnica, com a criação de departamentos, cargos e comissões internas; e a formação e profissionalização de quadros técnicos – intelectuais orgânicos⁷ -, o que demonstra a percepção da CNI acerca da necessidade dos novos tempos históricos a nível mundial e nacional.

No bojo da escrita da nova Carta Constitucional, no período que tem início a disputa por um novo *télos* voltado para uma economia competitiva, a Confederação se viu ameaçada de perder o monopólio da administração e gestão de seu mega-aparelho de formação profissional, SENAI, SESI e IEL. Isso se deu, pois setores articulados no Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito apresentaram proposta pelo controle democrático daquela entidade que passaria, a partir de então, a contar com a participação de representantes de diversos setores como estudantes, responsáveis, professores,

funcionários, representantes da comunidade científica e da classe trabalhadora. Contudo, os industriais saíram vitoriosos de tal embate, garantindo não apenas a manutenção da gestão de sua tríade pedagógica como o controle total dos recursos de financiamento das mesmas, proveniente da arrecadação compulsória sob as empresas do setor. O desdobramento desse processo foi o fortalecimento da instituição com a criação do que ela denominou de Sistema CNI, hoje, Sistema Indústria.

Com efeito, o Sistema CNI é entendido como um complexo, articulado e indissociável organismo capaz de responder aos “novos desafios”, ou seja, “atuar na modernização institucional do país e liderar os empresários como agentes da transformação” (CNI. *Sistema CNI: Novo Perfil, 1994*). Esse sistema, encabeçado pela CNI, é formado pela íntima articulação da tríade pedagógica – o SENAI, o SESI e o IEL. (RODRIGUES, 1998, p. 33)

Entendemos aqui, que a criação do autodenominado Sistema Indústria consolida uma mudança de projeto, com expressões estruturais e de conteúdo – novo *téllos* -, uma vez que passará a dar maior unidade e intensa organicidade as suas partes, mas também, e principalmente, uma mudança de postura, uma vez que, sendo um aparelho privado associado a um determinado setor produtivo, conquistar hegemonia passava pela necessidade de fortalecer a imagem de uma entidade que defende e tem valor público. Apresentando-se, então, como uma instituição capaz de articular e liderar os interesses industriais, mas também contribuir para a modernização e o desenvolvimento econômico e social do país, a CNI passou a adotar novas estratégias de disputa de consenso, incorporando mecanismos novos de intervenção de organismos privados na esfera pública, próprios da fase neoliberal, conforme veremos mais à frente.

Entendemos, contudo, que empresariar políticas públicas não é um processo que encerra em si e, portanto, ainda que a análise dos interesses e conteúdos políticos e educacionais de formação da força de trabalho intencionada pela entidade para a classe trabalhadora brasileira não constitua objeto central deste trabalho⁸, entendemos ser importante destacar algumas considerações sobre o tema afim de dar uma maior concretude as questões aqui analisadas.

Nas últimas décadas, quando consolidou sua mais recente *metamorfose teleológica*, a busca pela implementação da reestruturação produtiva de caráter flexível deslocou definitivamente seu *etos* para o fortalecimento de uma indústria competitiva, tanto nacional quanto internacionalmente. Competitividade, para esse setor, está intimamente ligada ao incremento da produtividade, da produção e do trabalhador, demandando, portanto, a adaptação psicofísica da força de trabalho aos parâmetros objetivos e subjetivos do novo modelo produtivo. Ao analisar o tema, Gawryszewski e Mello (2020) indicam que

A análise das formulações mais recentes da CNI mostra que a produtividade, que sempre foi um tema caro ao setor, está cada vez mais na ordem do dia. A solução para o incremento dos níveis de produtividade do trabalho, com vistas ao aumento da capacidade de competitividade internacional do setor, está, para estes, no desenvolvimento de dois fatores prioritários: a capacidade de inovação e a adequação da formação da força de trabalho às necessidades industriais. Contudo, se a inovação é tida como a capacidade de produzir soluções eficientes e rápidas, sejam elas técnico-científicas ou de formas de gestão, como então preparar a mão de obra para esse cenário instável e em constante mutação tecnológica e organizacional? (GAWRYSZEWSKI E MELLO, 2020, p. 15)

A resposta a essa questão veio com o delineamento de um novo projeto de educação para o país, de caráter flexível, e consonante com o *télos* competitivista. Formar trabalhadores de acordo com as demandas industriais já não passava somente pela reorientação do SESI-SENAI-IEL, mas sim de todo conjunto nacional. Para tanto, mantendo a direção de seu aparelho privado de formação, há nas formulações da entidade uma inflexão na direção de projetos e intervenções para a educação pública, particularmente a educação básica e a formação profissional de nível médio (MELLO, 2020).

Em linhas gerais, as diretrizes que norteiam o projeto político-pedagógico da entidade nesta nova etapa estão estruturadas em um arranjo formativo flexível que articula formação geral (educação básica) + qualificação (educação profissional). Sendo o primeiro designado ao Estado, que segundo os industriais deve garantir o ensino dos conhecimentos mínimos comuns demandados a todos os trabalhadores, a formação geral corresponderia a educação básica – níveis fundamental e médio – capaz de garantir uma base sólida, na concepção mercadológica, para que os trabalhadores tenham condições de se qualificar ao longo da vida, de acordo com as demandas de um mercado flexível.

A formação profissional, entendida como um fator estratégico para o incremento da produtividade e competitividade, ganha cada vez mais importância para estes que constituem um setor da esfera produtiva da economia. Não à toa, é o nível médio de ensino que demanda a maior atenção dos industriais no que diz respeito a educação básica, uma vez que defendem a ampliação significativa da formação profissional de forma articulada e concomitante ao nível médio de ensino, inclusive para a educação pública.

Outro ponto central está na importância que o tema das subjetividades ganha neste projeto. A formação demandada pelos industriais não se limita mais a objetividade da aprendizagem de conhecimentos técnicos-científicos, mas também na assimilação de competências socioemocionais como criatividade, capacidade de gestão, tomada de decisões, trabalho colaborativo, proatividade e empreendedorismo, visando a formação de um trabalhador resiliente preparado para lidar com as incertezas de um mercado de trabalho cada vez mais instável, incerto e precarizado, em tempos neoliberais.

Assim, desde a década de 1990, a Confederação Nacional da Indústria, formada hoje por sua tríade pedagógica, 27 Federações Estaduais da Indústria (26 estados mais o Distrito Federal), mais de 1.200 sindicatos patronais e 1.291.000 estabelecimentos industriais⁹, além de um claro projeto político-formativo para a educação pública nacional, afirmou-se definitivamente como a maior interlocutora desde setor econômico junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como outras esferas do poder público como conselhos e secretarias, além de outros organismos no Brasil e no exterior, no que diz respeito a educação.

Isso significa que, sem abrir mão de seu caráter tradicional, ou seja, ser um aparelho privado de hegemonia corporativo, representativo de um setor econômico e uma fração da classe dominante, e sem jamais abandonar as políticas e projetos dedicados especificamente à manutenção e fortalecimento de seu aparelho privado de (con)formação objetiva e subjetiva do operariado (SENAI-SESI-IEL), a CNI vem assimilando importantes e novos mecanismos de disputa de hegemonia dos tempos atuais. Sejam estratégias

de construção de consenso na esfera da sociedade civil, como uso das redes sociais e meios de comunicação próprios ou da grande mídia; ou na sociedade política, com o estabelecimento de parcerias público-privada e a intervenção direta de intelectuais orgânicos individuais e coletivos em instâncias da estrutura estatal através da ocupação de cargos nesses espaços, somam-se agora aos interesses de fortalecimento de sua tríade pedagógica os interesses da entidade no direcionamento de projetos e programas para a educação pública, configurando um empresariamento que, nas últimas três décadas, ambiciona não só a publicização do privado, mas também a privatização do público. Nesse sentido, nossa terceira e última seção traz evidências empíricas das novas estratégias adotadas pela CNI no empresariamento da mais recente e importante política pública de educação básica no Brasil contemporâneo: o Novo Ensino Médio.

A título de ilustração, um caso recente: o empresariamento do Novo Ensino Médio pela CNI

O que denominamos de Novo Ensino Médio (NEM) - nomenclatura utilizada pelo próprio Ministério da Educação, mas por nós adotada de forma crítica - corresponde ao conjunto de políticas públicas educacionais recentemente aprovadas e que intencionam a reformulação completa, estrutural e curricular, assim como política e pedagógica, de todo o nível médio de ensino no Brasil. O novo projeto teve início formal com a aprovação da (contra)Reforma do Ensino Médio¹⁰, Medida Provisória 746/2016 aprovada na forma da Lei nº13.415/2017; seguida das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Nível Médio (DCN-EM) e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM).

Não nos caberá aqui fazer uma (re)análise dos sentidos políticos e pedagógicos de tal contrarreforma, já necessária e minuciosamente examinada por diversos e importantes pesquisadores em todas as suas dimensões¹¹. Mas ao nos debruçarmos na análise desde objeto, para além da apreensão dos interesses políticos e pedagógicos da CNI nas políticas do Novo Ensino Médio, foi possível evidenciar os mecanismos adotados pela Confederação nas esferas do Estado Integral para hegemonizar seus interesses para a formação de nível médio.

Uma importante assimilação da entidade aos novos tempos está no uso extensivo das mídias e redes sociais digitais para divulgar suas posições, fomentando e disputando o debate público sobre temas de grande valia para os mesmos. Um dos *locus* fundamentais de disputa de consenso no mundo contemporâneo, particularmente agora com a pandemia, mas já bem antes dela, esses meios foram amplamente utilizados pela CNI no debate sobre o NEM. Foi através desses meios, por exemplo, que foi divulgada a implementação pioneira do projeto da (contra)Reforma em sua rede de educação básica e profissional, através de uma parceria entre o SESI e o SENAI (Agência de Notícias CNI, 2018a, 2018b, 2018c), ainda em 2018. Divulgada como um grande feito da instituição no sentido de contribuir com a melhoria da qualidade da educação nacional, esse movimento chama bastante atenção, uma vez que, as políticas como a BNCC-EM e as DCN-EM ainda nem haviam sido aprovadas e tramitavam nas instâncias do Estado. Implementado pioneiramente no complexo formativo da CNI e apresentado como um modelo

para demais redes de ensino, “a expectativa é que o modelo desenvolvido também sirva de referência para a implementação do novo ensino médio na rede pública” (Agência de Notícias CNI, 2018a).

Nesse sentido, a CNI abriu algumas frentes de disputa de consenso pelos meios digitais, com o intento de hegemonizar suas posições. Um primeiro movimento está no fortalecimento de seu meio de comunicação interno, a Agência CNI de Notícias, disponível no site da entidade e com enorme capacidade quantitativa e qualitativa de publicações, apresentando respostas quase imediatas – em forma de matérias, reportagens, entrevistas e editoriais no site – para acontecimentos nacionais e internacionais.

Contudo, o alcance desde meio é relativamente restrito e a CNI passou a também utilizar veículos da grande mídia e redes sociais. Em 2019, publicou um canal publicitário especial do SESI-SENAI dentro do site do G1. Denominado *A indústria que dá certo*, divulgou uma série de reportagens e matérias – algumas, inclusive, já publicadas em sua mídia privada, a Agência de Notícias – com temas que interessam universalizar para o conjunto da população como educação profissional, casos de empreendedores de “sucesso”, indústria 4.0, novas profissões e perfis profissionais, posições internas sobre políticas públicas, educação e, claro, o Novo Ensino Médio. Também pelas redes sociais – *Facebook* e *Instagram* – o Sistema Indústria tem se mostrado extremamente ativo com postagens diárias, divulgação de cursos, transmissão de lives e eventos, além da promoção de debates e entrevistas, como ocorreu em 2018, quando a CNI convidou Maria Helena Guimarães de Castro, Ministra da Educação à época, para uma conversa no *Facebook* da entidade com o título *Caminhos para a educação: o Novo Ensino Médio*.

Entretanto, não apenas no campo da sociedade civil a CNI vem atuando, e a materialização das ações e interesses do organismo vem se dando também junto ao aparelho estatal. Ao analisar a atuação destes na construção do NEM, evidenciamos que a principal instância empresariada pelos agentes da Confederação foi o Conselho Nacional de Educação. Este, que foi criado em sua forma atual em 1995, Lei nº9.131/1995, com a intenção de ser um órgão consultivo do Ministério da Educação, tornou-se um dos mais importantes espaços de empresariamento da educação pública brasileira, composto por intelectuais orgânicos do empresariado como:

José Francisco Soares, membro do Conselho de Governança do Todos pela Educação; Maria Helena Guimarães de Castro, que de um longo currículo destacamos ter sido membro do Comitê Executivo da UNESCO, membro do Conselho Diretor da Associação Nacional de Avaliação Educacional (ABAVE), membro do Comitê Técnico do Todos pela Educação/TPE, membro do Comitê de Avaliação do Movimento pela Base e vice-presidente do Conselho de Governança do PISA/OECD; Mozart Neves Ramos, que foi Presidente Executivo do Todos Pela Educação (2007-2010) e atualmente é Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna e pertence ao Conselho de Governança do Todos pela Educação; Antonio Carbonari Netto, Fundador/Presidente da Anhanguera Educacional S.A.; Maurício Eliseu Costa Romão, presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). (MELLO, 2020, p. 109)

Cientes disso, em 2016, um dos mais importantes e estratégicos intelectuais orgânicos da entidade para assuntos educacionais e formação profissional, Rafael Esmeraldo Lucchesi, tomou posse como conselheiro titular da Câmara de Educação Básica (CEB) e o Pleno do Conselho, no Conselho Nacional de

Educação (CNE). Lucchesi ingressou justamente no bojo dos debates e aprovações das políticas do NEM, quando tramitavam a BNCC-EM e as DCN-EM no órgão.

Nossa pesquisa desvelou que Lucchesi, desde 2011, exerce o cargo de Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), acumulando também os cargos de Superintendente do SESI e Diretor-geral do SENAI, os mais altos cargos destas entidades. É economista formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e no âmbito da sociedade civil, também já cumpriu o cargo de Diretor de operações da CNI (2007-2010). Na sociedade política foi Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado da Bahia (2003 – 2006), quando foi presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI). Neste período foi também membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT.

A análise do longo currículo político e corporativo de Lucchesi nos forneceu elementos para compreendermos os interesses que representava ao ingressar no Conselho Nacional de Educação, contudo, outras evidências também contribuíram para a confirmação de nossas hipóteses. Lucchesi ingressou em maio de 2016 na Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação com um cargo de dois anos, mas em julho do mesmo ano foi reconduzido para a Câmara de Educação Básica para cumprir quatro anos de mandato. Ao noticiar essa transição, a CNI publicou uma matéria elucidativa destacando os principais objetivos de Lucchesi enquanto representante da agenda da instituição.

Para Lucchesi, um dos itens fundamentais da agenda do CNE é o investimento em *educação profissional*, com o objetivo de balancear a matriz educacional brasileira. No Brasil, cerca de 11% dos jovens entre 15 e 17 anos fazem curso técnico junto com a educação regular, enquanto esse percentual é de 50%, em média, nos países desenvolvidos, que têm uma matriz mais equilibrada. Outro assunto prioritário é a definição da *Base Nacional Comum Curricular*. (Agência CNI de Notícias, 2016. grifos nossos.)

Assim, com foco nas políticas voltadas para a educação básica e profissional de nível médio, em sua estadia no Conselho Rafael encontrou meios de materializar elementos do projeto político-pedagógicos da CNI para a formação da classe trabalhadora brasileira, que atendem a características técnico-científicas e subjetivas da força de trabalho demandadas pelo setor industrial. Para tal, o intelectual integrou a comissão bicameral para a Base Nacional Comum Curricular, ou seja, uma comissão formada por representantes das câmaras de educação básica e superior do CNE criada especificamente para a discussão, tramitação e aprovação do documento. Rafael também participou dos debates acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, aprovadas pelo MEC em novembro de 2018 e que tiveram como base justamente o parecer da Câmara de Educação Básica nº 3 de 2018, da qual Rafael Esmeraldo Lucchesi foi o próprio relator.

Entre os diversos interesses presentes na agenda do setor para a educação pública básica, sejam de caráter estrutural ou curricular, destacamos a concretização das diretrizes gerais do projeto político-pedagógico sistematizado, como apresentamos, em uma formulação que conjuga formação geral e qualificação ao longo da vida, com enfoque na expansão do ensino profissional concomitante e articulado ao ensino médio. No Novo Ensino Médio, essa estrutura está posta em uma educação de caráter flexível,

formada por conhecimentos, habilidades e competências consideradas mínimas e que formam a parte comum do currículo, definidos pela BNCC-EM e cursada por todos os estudantes, articulada a cinco itinerários formativos e optativos. Entre eles, o quinto itinerário é justamente o de formação profissional, tornando concomitante a qualificação profissional à educação básica de nível médio, interesse demandado explicitamente pela CNI.

Assim, não sem disputas e negociações com os demais setores da classe dominante e da classe trabalhadora, entendemos que a Confederação Nacional da Indústria, principalmente através da atuação do referido intelectual – ainda que não só - assumiu um papel de liderança e direção nos debates educacionais acerca do Novo Ensino Médio e conquistou, fazendo uso principalmente de novos mecanismos de empresariamento nos espaços do Estado Integral, a aprovação de elementos do projeto de interesse privado dos industriais para a (con)formação da força de trabalho de nível médio e formação profissional para o conjunto da sociedade brasileira.

Considerações finais

Conforme apontamos em nossa introdução, o trabalho aqui apresentado teve a intenção de trazer alguns dos resultados de nossa pesquisa de mestrado, que objetivou analisar a atuação da burguesia industrial, articulada e representada na Confederação Nacional da Indústria, no empresariamento das políticas do Novo Ensino Médio, tanto no que diz respeito aos mecanismos utilizados quanto aos conteúdos político-pedagógicos. Nesse lastro, evidenciamos que as transformações impostas pelo novo bloco histórico neoliberal não trouxeram apenas o surgimento de uma nova direita e novas formas de empresariamento no Brasil contemporâneo, mas a complexificação da sociedade civil trouxe também impactos para os antigos e tradicionais aparelhos privados de hegemonia.

A Confederação, portanto, adequou seu projeto societário - *télos* competitivista - e adaptou o conteúdo demandado para a (con)formação psicofísica de trabalhadores e trabalhadoras de nível médio e profissional às novas demandas da esfera produtiva, subsumida, desde os anos de 1970, à lógica do modelo de produção e regime de acumulação de caráter flexível. O empresariamento da esfera pública pela classe dominante, feito hoje em larga escala através, principalmente, do direcionamento de políticas públicas, objetiva a materialização dos interesses destes setores econômicos e, portanto, desvelar as especificidades destes processos em cada momento histórico é sempre muito importante. Porém, ao analisar as formas de atuação das classes dominantes, salta aos olhos uma conclusão que consideramos essencial: o entendimento de que nenhum movimento de empresariamento, seja no campo da saúde, educação, cultura, meio ambiente ou qualquer serviço social, se encerra em si.

Portanto, o que buscamos essencialmente compartilhar neste trabalho foi a compreensão de que o empresariamento das políticas do Novo Ensino Médio pela fração industrial – entre outras frações - é, antes de mais nada, expressão da uma parte de um todo, de uma totalidade complexa e multiplamente determinada, que é a dominação burguesa e sua capacidade de adaptação aos novos tempos históricos para

a manutenção do modo de produção capitalista. Nesse sentido, concluímos defendendo que o estudo, mapeamento e acompanhamento dos meios, formas, redes e estratégia cada vez mais complexas da dominação burguesa no Brasil constitui um importantíssimo tema de investigação para todos e todas que lutam pela construção de uma educação que não seja mais a educação para o trabalho, determinada pelos interesses das classes dominantes, mas que reafirme o trabalho como um princípio educativo, capaz de fornecer ferramentas que, aliadas à vontade criativa de todos os sujeitos interessados na transformação de si e da humanidade, contribua para a completa emancipação humana através da superação do atual modo de produção e reprodução mercadológico da vida.

Referências

Agência CNI de notícias. Diretor-geral do SENAI toma posse no Conselho Nacional de Educação.

Agência CNI de notícias: Brasília. 17 de julho de 2016. Disponível em:

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/diretor-geral-do-senai-toma-posse-no-conselho-nacional-de-educacao/>. Acesso em fev. de 2021.

Agência CNI de notícias. Na volta às aulas, SESI e SENAI implantam o novo ensino médio integrado à formação profissional. **Agência CNI de notícias:** Brasília. 29 de janeiro de 2018a. Disponível em:

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/na-volta-as-aulas-sesi-e-senai-implantam-o-novo-ensino-medio-integrado-a-formacao-profissional/>. Acesso em fev. de 2021.

Agência CNI de notícias. Novo Ensino Médio é colocado em prática em cinco estados. **Agência CNI de notícias:** Brasília. 18 de abril de 2018b. Disponível em:

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/novo-ensino-medio-e-colocado-em-pratica-em-cinco-estados/>. Acesso em fev. de 2021.

Agência CNI de notícias. Novo ensino médio do SESI e SENAI une áreas do conhecimento e promove aprendizado prático nas escolas. **Agência CNI de notícias:** Brasília. 26 de julho de 2018c. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/novo-ensino-medio-do-sesi-e-senai-une-areas-do-conhecimento-e-promove-aprendizado-pratico-nas-escolas/>. Acesso em fev. de 2021.

CASIMIRO, F. **A Nova Direita no Brasil:** aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2015) 476f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CASIMIRO, F. Dominação burguesa e os aparelhos de doutrinação da Nova Direita no Brasil contemporâneo. **Revista história e luta de classes.** ano 14, n. 26, p. 24-34, set. 2018.

EVANGELISTA, O; LEHER, R. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 15, 2012.

FONTES, V. **Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Revista Marx e o Marxismo.** v.8, n.14, jan/jun 2020. Disponível em:

<http://niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/351>. Acesso em jan. de 20221.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da Escola Improdutiva:** um (re)exame da relação entre educação e estrutura econômico-capitalista. São Paulo: Cortez, 9 ed. 2010.

GAWRYSZEWSKI, B. Crises capitalistas e conjuntura de contrarreformas qual o lugar do Ensino Médio. **Revista Pedagógica.** v. 19, n. 42, set/dez, 2017. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4024>.

- GAWRYSZEWSKI, B; MELLO, L M. A agenda de produtividade da Confederação Nacional da Indústria: qual o papel da (contra)Reforma do Ensino Médio? **Revista Pedagógica**. v. 22, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5798>.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. vol. 2. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**, vol. 3. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22 ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- KUENZER, A. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto de acumulação flexível. **Edu. Soc.**, Campinas, v.38, n 139, p. 331-354, abr-jun, 2017.
- LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinar: Marxismo e Educação em debate**, Salvador, v.9, n.1, p. 14-24, abr. 2017.
- MELLO, L M. **Os empresários e as políticas públicas em Educação Básica no Brasil contemporâneo: a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do “Novo Ensino Médio” (2013- 2018)**. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- MOTTA, V; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº746/2016 (Lei nº13.145/2017). **Revista Educação e Sociedade, Campinas**, v. 38, nº139, p. 355-372, abr-jun 2017.
- NEVES, L. (org.) **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Editora Xamã, 2002.
- RODRIGUES, J. **O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

Notas

¹ O presente trabalho apresenta parte dos resultados de nossa pesquisa dissertativa (MELLO, 2020), defendida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa foi realizada com apoio da Capes.

² Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Integrante do GPETED - Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento crítico latino-americano e tradutibilidade de Antonio Gramsci: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4236315191638552>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5841537465911168> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0846-2555> E-mail: livia.mourino@gmail.com.

³ Coutinho (1996) ao tratar do tema escreve: “(...) são organismos sociais privados, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo “privado” entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou “contratual” – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são partes integrantes das relações de poder em dada sociedade. (COUTINHO, 1996, p. 55).

⁴ Registramos que os aparelhos privados de hegemonia não são apenas de caráter empresarial, ou seja, organizadores e representantes dos interesses dominantes e que, enquanto elementos constituidores da sociedade civil, são o terreno fértil e o *locus* principal da luta de classes no modo de produção capitalista. Contudo, considerando os objetivos do presente trabalho, nos deteremos na análise dos aparelhos privados de hegemonia empresariais, não dedicando, aqui, atenção aos aparelhos populares.

⁵ Indicamos aqui, na primeira aparição do termo *entidades* que este, assim como *organismos* e *instituições* serão utilizados para designar aparelhos privados de hegemonia afim de evitar excessivas repetições, mas sem jamais pretender esvaziar seu sentido de classe.

⁶ Tendo em vista os objetivos desde trabalho, acreditamos que não se faz necessária a apresentação dos detalhes de cada fase, mas sim algumas características gerais que evidenciam a capacidade de adaptação desde APH ao longo dos séculos XX e XXI. Para um estudo mais detalhado, indicamos a leitura da obra do autor, José Rodrigues. *O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria* (1998).

⁷ Gramsci (2006) identifica como orgânico aqueles intelectuais que reconhecem seu vínculo estreito com determinada classe ou fração de classe e agem organicamente em prol dos interesses deste grupo. Empréstado do próprio autor uma breve passagem, reproduzimos seu entendimento de que “Todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político (...)” (GRAMSCI, 2006, v.2, p. 15)

⁸ Para maior aprofundamento sobre a análise dos interesses político-pedagógicos da CNI na educação básica de nível médio, em geral, e nas políticas do Novo Ensino Médio, em específicos, principalmente no que diz respeito aos aspectos curriculares, indicamos MELLO, 2020, assim como GAWRYSZEWSKI e MELLO, 2020.

⁹Dados retirados do site institucional da entidade. Para saber mais informações, acessar: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sistema-industria/>. Acesso em: 01/03/2021.

¹⁰ Utilizaremos o termo (*contra*)Reforma afim de registrar nosso posicionamento crítico às medidas e projetos recorrentes na fase neoliberal do modo de produção capitalista que, apesar de se apresentarem como reformas, consistem em mecanismos de retiradas de direito e aumento da precarização da vida da classe trabalhadora.

¹¹ Dentre a larga bibliografia produzida sobre o tema, destacamos: GAWRYSZEWSKI (2017); KUENZER (2017); LEHER, VITTORIA, MOTTA (2017); MOTTA, FRIGOTTO (2017).

Recebido em: 09 de março de 2021

Aprovado em: 20 de abril de 2021